

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
http://ageconsearch.umn.edu
aesearch@umn.edu

Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.



CAPITAL SOCIAL COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

KAMILA VIEIRA MENDONÇA; JOSE CESAR PINHEIRO;

UFC

FORTALEZA - CE - BRASIL

jcvpinhe@ufc.br

APRESENTAÇÃO ORAL

Agricultura Familiar e Ruralidade

CAPITAL SOCIAL COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Grupo de pesquisa: Agricultura familiar e ruralidade

Resumo

O presente estudo verificou e avaliou o grau de acumulação de capital social como fator de desenvolvimento local, do assentamento Che Guevara, localizado no município de Ocara, no Estado do Ceará. O índice de capital social (*ICS*) foi calculado com base nas respostas de um questionário elaborado com variáveis mensuráveis e que refletem o estoque de capital social. A comunidade dispõe de um grau mediano de capital social.

Palavras-Chave

Capital Social, Desenvolvimento Local, Assentamento.

Abstract

This study verified and evaluated the degree of accumulation of capital as a factor of local development, of the settlement Che Guevara, located in the municipality of Ocara, in the state of Ceará. The index of social capital (*ICS*) has been based on responses from a questionnaire was prepared with variables they consider aspects of social capital, the result of which corresponds to an average level of capital.

Key Words: Social Capital, Local Development, Settlement.

1. Introdução

A persistência em larga escala da pobreza rural no Nordeste é atribuída a pouca eficácia das ações públicas. A maior parte dos insucessos dos programas de combate à pobreza concentra-se na defasagem estabelecida entre objetivos e estratégias propostos nos programas assistencialistas e clientelistas.

Os últimos programas governamentais estavam articulados às visões e às forças políticas dominantes no Nordeste e no país. De um modo quase generalizado, especialmente no nordeste, os projetos eram caros e sofisticados, com pequena capacidade de absorção e critérios errados de seleção das famílias beneficiárias. Muitos tinham concepção equivocada de desenvolvimento rural, pouca modificação na estrutura fundiária, falta de integração entre os diversos programas, desarticulação entre os órgãos executores, manipulação política, baixa participação de pequenos agricultores e utilização dos projetos como meio de propaganda para candidatos.

No Ceará, as políticas de combate à pobreza, devem levar em conta que o Estado está inserido num país que reúne todas as condições para manter o problema, como o baixo nível de desempenho econômico, desigualdade de renda e riqueza e onde cerca de 30% da população é pobre (HOLANDA, 2006).

O Estado do Ceará está localizado no semi-árido do Nordeste, sua superfície é de 146,7 mil km² e nessa área apresentava uma população de 8.106.653 habitantes em 2005, o que corresponde a 15,88% da população do Nordeste (IPECE, 2007).

A agricultura brasileira a partir de meados da década de 70 passou por processos de transformação da base tecnológica e formação de complexos agroindustriais. Os efeitos sociais decorrentes desses processos são a concentração de renda rural e o aumento das desigualdades e da exclusão no campo. Os assentamentos têm grande destaque pelo papel desempenhado no espaço rural brasileiro por conta da contribuição social e econômica que possibilitam gerar empregos rurais e urbanos decorrentes do incremento na produção agropecuária e posterior oferta de alimentos. Também promovem a elevação do nível de renda, com desdobramentos na melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas, conseqüentemente contribuindo para retração do êxodo rural.

Este trabalho pretende mensurar o grau de acumulação de capital social como fator de desenvolvimento local no assentamento Che Guevara. Será calculado o Índice de Capital Social para que a partir deste seja possível compreender e analisar o desenvolvimento local e, ao mesmo tempo, avaliar a realidade social do assentamento.

2. A importância do capital social para o desenvolvimento local

O acesso inadequado à terra é provavelmente o mais importante colaborador para a pobreza rural. Muitos outros fatores estão envolvidos, incluindo a qualidade da terra, o acesso ao crédito e mercados, o acesso à infra-estrutura pública e serviços de suporte (KHAN, 2000). A carência de educação e saúde são fatores cruciais para a manutenção da pobreza.

A concentração de terra produz uma estrutura produtiva baseada na produção em larga escala cuja sobrevivência ocorre devido às políticas de proteção e ao bloqueio imposto pela própria desigualdade e pobreza ao crescimento do setor familiar que poderia ameaçar a produção em larga escala (TEÓFILO, 2002).

A melhoria da qualidade de vida da população rural depende do aumento da produtividade que ocorre através do progresso científico e tecnológico (LEITE, 2002). Os conhecimentos tecnológicos necessitam ser adaptados às diferentes condições de clima e solo locais; assim, a introdução de novas técnicas devem se adequar às condições físicas, biológicas, econômicas, sociais e institucionais de cada comunidade.

Segundo Araújo (2007 apud Jará 1998), "o assentamento é uma complexidade, uma especificidade de integração social, uma conquista coletiva, um pequeno patrimônio produtivo diferenciado e, também uma instituição tutelada e burocratizada, que com freqüência resiste à emancipação".

O desenvolvimento econômico é considerado um processo de transformação estrutural seguido de variações contínuas do Produto Interno Bruto, capazes de absorver a população economicamente ativa e repor a depreciação do capital.

Segundo Sen (1990 apud SABOURIN, 2002), o desenvolvimento é o aumento da capacidade de os indivíduos fazerem escolhas. Sendo a liberdade conceituada não só como a ausência de restrições, o direito de ir e vir, comprar e vender, amar e ser amado. É indispensável que os indivíduos tenham as capacidades, as qualificações, as prerrogativas de se deslocar, de participar dos mercados e de estabelecer relações humanas que enriqueçam sua existência.

O desenvolvimento local envolve estratégias e políticas influenciadas pelos protagonistas locais. Além disso, tem como objetivo procurar, por meios endógenos, uma integração vantajosa no desenvolvimento econômico regional, estadual, nacional e internacional.

Para o desenvolvimento local, a desigualdade regional não é só um problema de renda, mas de incapacidade de geração de renda. Sendo assim, investe-se na formação do capital humano através da educação de qualidade e de formação profissional. Procura-se fortalecer a função de produção agregada para as localidades, as quais existem potencialidades econômicas reais e elevadas, de maneira que ela possa mobilizar os recursos e fatores locais.

Para que ocorra o desenvolvimento local é necessária uma transformação que possibilite uma trajetória sustentável de crescimento e, além disso, um avanço competitivo no contexto das regiões brasileiras. Para que haja esta transformação é preciso um salto de qualidade do nível da educação formal que é ofertada pelos poderes públicos; um investimento na formação de profissionais tecnológicos bem como em laboratórios e a valorização do conhecimento, da inovação tecnológica e da indústria de base tecnológica.

O modelo de desenvolvimento passa a ser estruturado a partir dos próprios atores locais, e não por meio do planejamento centralizado ou das forças puras do mercado. Ocorre um processo de organização social ou de ação coletiva. Tendo como característica a ampliação da base de decisões autônomas por parte dos atores locais; ampliação que coloca nas mãos destes o destino da economia local ou regional.

A dinâmica do desenvolvimento local pode ser definida como um processo de crescimento e mudança estrutural que pode ser verificado através de três dimensões: uma econômica, caracterizada pela otimização no uso dos recursos e fatores econômicos locais, outra sócio-cultural, pela qual os fatores e valores socioculturais servem de base para as transformações materiais e, a outra político-institucional e administrativa, a qual cria o entorno favorável para que se operem as transformações econômicas locais.

O território não é composto somente por atributos naturais, mas é construído de acordo com a capacidade dos atores de estabelecer relações organizadas que beneficiam a troca de informações e a conquista conjunta de certos mercados, assim como a pressão coletiva de bens públicos e de administrações capazes de dinamizar a vida regional.

O capital social, fator intangível, é conceituado como o acúmulo de compromissos sociais construídos pelas interações sociais em uma determinada localidade. Ele se manifesta através da confiança, normas e cadeias de relações sociais e, ao contrário do capital físico convencional, que é privado, ele é um bem público. O capital social esteve por trás dos sucessos de crescimento e de desenvolvimento de muitas regiões, assim como a sua ausência esteve por trás de muitos fracassos (AMARAL, 2004).

O capital social abrange aspectos relacionados à estrutura familiar dos indivíduos, o seu grau de associativismo e de cooperação, aspectos institucionais, etc (GROOTAERT, 2007). Sendo assim, pobreza é motivada por choques nas condições individuais ou coletivas que privam as pessoas de acesso a um patrimônio que possibilite elevar seu fluxo de renda e, conseqüentemente, o padrão de consumo (BEBBINGTON, 2005).

A organização da sociedade gerada através da confiança, normas e sistemas aumenta a eficiência da sociedade e facilita as ações coordenadas, além disso, a formação e crescimento de associações promovem a cooperação e a solidariedade na sociedade, gerando condições adequadas para o desenvolvimento local. Para isso as organizações devem ter um formato horizontal, e não vertical. O formato horizontal é entendido como organizações que dão origem às cooperativas, clubes, sociedades de assistência mútua, associações culturais, sindicatos, ou seja, organizações desprovidas de hierarquia e regras rígidas. As organizações horizontais têm a vantagem de criar redes de solidariedade e desenvolver relações generalizadas de reciprocidade, facilitando a cooperação espontânea e criando antítodos contra o clientelismo e o oportunismo, geradores de uma reciprocidade limitada e assimétrica.

As relações de amizade, parentesco, lealdade, vizinhança, entre outros, contribuem para a formação do capital social, pois são relações interpessoais horizontais, sendo necessárias, mas não suficientes para consolidar alianças intersociais para que certas facilidades possam ser facultadas aos que não têm acesso.

A união da sociedade é importante para que as mesmas prosperem economicamente e para que o desenvolvimento seja sustentável. Logo, o capital social contribui para manter esta união.

Construir capital social é construir capacidades sociais e técnicas, aprimorar os processos de gestão social e construir a visão de território com base na cooperação e na confiança mútua. Ele é composto por sistemas sociais complexos baseados em múltiplos agentes que os mobiliza em suas estratégias e empreendimentos.

O Diamante de Porter apresenta-se como uma solução esquemática na forma de um diamante lapidado que une pontes ou fatores responsáveis pela criação de vantagens competitivas para uma indústria, uma nação ou uma região (PORTER, 1989).

Os fatores que definem o ambiente que favorecerá ou dificultará a criação da vantagem competitiva são os seguintes: capital social, estratégia produtiva e tecnológica, articulação político-institucional e estratégia de competitividade.

Estes atributos trabalham interligados e são os determinantes da vantagem competitiva, individualmente e como um sistema, criam o contexto em que as empresas nascem e competem que são: a disponibilidade de recursos e competência necessários à vantagem em uma indústria; as informações que condicionam quais as oportunidades percebidas e as direções nas quais os recursos e a competência são orientados; as metas dos proprietários, diretores e empregados que estão envolvidos na competição e a realizam; e, o mais importante, as pressões sobre as empresas para investir e inovar.

A acumulação de capital social aplica-se à criação de processos capazes de revelar os potenciais que os assentados da comunidade Che Guevara podem descobrir em seus locais de vida e de trabalho, a partir de suas características, da projeção de sua identidade nos elementos mais importantes para alcançar a sua coesão social e territorial. Para que com isso seja possível avançar na capacidade de inovar proporcionando a ampliação da competitividade territorial e desenvolvendo, portanto, a sua capacidade de produzir e de distribuir riquezas.

O capital social será mais forte à medida que ele permitir cada vez mais a ampliação do círculo de relações sociais em que vivem aqueles que participam de sua construção. O desenvolvimento supõe o aumento das oportunidades de escolha dos indivíduos, ampliando as possibilidades de geração de renda.

3. Metodologia

3.1 Área de estudo

Serão utilizados dados primários coletados no Assentamento Che Guevara que está localizado no Município de Ocara, situado no Nordeste do Estado do Ceará, na

Macrorregião do Maciço de Baturité e Microrregião de Chorozinho, distante 102 km da capital e ocupando uma área de 1.388,02 hectares.

Desde 2003, a fonte de renda da comunidade deixou de ser a agricultura de subsistência, depois que uma minifábrica para beneficiamento da castanha de caju, com capacidade para beneficiar 208 toneladas de castanha por ano, foi implantada no assentamento. Esse trabalho contou com o apoio da Embrapa Agroindústria Tropical e vem sendo realizado por meio de um modelo participativo de ações integradas. Acredita-se que a presença de capital social possa ser um dos fatores que contribuíram para uma boa resposta da comunidade assentada as iniciativas governamentais.

As novas práticas tecnológicas e a assistência técnica fornecida pelos pesquisadores trouxeram um aumento de 20% na produtividade dos pomares de cajueiro existentes na região. Um jardim clonal formado por 400 plantas de cajueiro-anão precoce também foi instalado no local para a produção de gemas reprodutivas.

A expansão do negócio fez com que a associação comunitária do assentamento se transformasse na Cooperativa Agroindustrial do Assentamento Che Guevara (Copac), que passou a comercializar os produtos da comunidade para outros municípios daquela região, gerando uma renda mensal estimada em R\$ 37 mil.

Atualmente, cerca de 200 famílias do assentamento e de áreas do entorno beneficiam-se direta e indiretamente com o projeto, seja pela venda insumos, de matéria-prima ou pela contratação de mão-de-obra. Além de Ocara, a produção de caju do Che Guevara gera emprego e renda para mais 65 famílias em outros três municípios cearenses: Chorozinho, Pacajus e Barreira. A próxima etapa do projeto é a construção de uma minifábrica de ração animal obtida a partir do pedúnculo do caju. A Embrapa acompanha a finalização das obras, assumindo o compromisso com os moradores do assentamento de prestar assistência técnica no funcionamento das estruturas de produção do projeto. Os parceiros financiadores do projeto são a Fundação Banco do Brasil e o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS).

Para a realização deste trabalho e mensuração do capital social foram efetuadas 12 entrevistas no assentamento Che Guevara no segundo semestre do ano de 2007.

3.2 Métodos de Análise

Para o estudo será elaborado um Índice de Capital Social (*ICS*) que considera variáveis que expressam as relações interpessoais entre os membros do assentamento, além de sua participação em associações de caráter participativo e cooperativo.

O Índice de Capital Social é definido matematicamente como:

$$ICS = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^{n} \left[\frac{\sum_{i=1}^{m} E_{ij}}{\sum_{i=1}^{m} E \max_{i}} \right]$$

Para calcular a contribuição de cada variável no Índice de Capital Social utilizase a seguinte fórmula:

$$C_{i} = \frac{\sum_{j=1}^{n} E_{ij}}{\sum_{i=1}^{m} \sum_{j=1}^{n} E_{\max,i}}$$

Onde:

ICS = Índice de Capital Social;

 E_{ii} = escore do i-ésimo indicador obtido pelo j-ésimo assentado;

 $E_{max i}$ = escore máximo do i-ésimo indicador;

 C_i = contribuição do indicador "i" no Índice de Capital Social;

i = 1, ..., m, número de indicadores;

j = 1, ..., n, número de assentados.

O valor do Índice de Capital Social varia de zero a um, sendo 1 o maior nível de acumulação de capital social, enquanto que zero representa o menor nível, ou seja:

- $0 < ICS \le 0.5$, significa baixo nível de acumulação de capital social;
- $0.5 < ICS \le 0.8$, significa médio nível de acumulação de capital social; e
- $0.8 < ICS \le 1.0$, significa alto nível de acumulação de capital social.

4. Resultados e discussão

O Índice de Capital Social calculado para o assentamento Che Guevara foi de 0,6818 o que corresponde a um médio nível de capital social conforme a escala que classifica o nível de acumulação e descrita anteriormente.

A TABELA 1 mostra a participação dos indicadores na constituição do *ICS*. Os responsáveis pelo menor nível de acumulação de capital social do assentamento Che Guevara foram confiança em outras pessoas; oportunismo de outras pessoas e nível de confiança no governo local. Por outro lado, os indicadores que mais contribuíram para incrementar a acumulação de capital social foram quantidade de grupos a que as pessoas pertencem; membros do grupo que pertencem à mesma religião, com a mesma ocupação e com a mesma formação; e disposição de outras pessoas a ajudar. Isto indica interesse na participação e de certa forma um elevado grau de sociabilidade das pessoas residentes na comunidade.

As categorias de grupos e redes consideram a natureza e a extensão da participação de um membro de um domicílio em vários tipos de organização social e redes informais, assim como as contribuições dadas e recebidas nestas relações. As contribuições das variáveis: quantidade de grupos a que pertencem as pessoas, membros

do grupo que pertencem à mesma religião, com a mesma ocupação e com a mesma formação tiveram elevada participação na formação do índice de capital social e o mesmo percentual na sua composição relativa (10,48). Enquanto que as variáveis: interação com outros grupos (4,76) e disposição para emprestar dinheiro (5,71) apresentaram menor participação.

Com relação à confiança entre as pessoas, os valores mensurados em termos relativos representam valores muito baixos, como mencionado anteriormente, o mesmo ocorrendo com relação a oportunismo de outras pessoas (2,86) e confiança nos governos local (2,86) e central (3,81). Por outro lado, disposição de outras pessoas a ajudar (10,48), obteve elevado valor relativo.

A pobreza e o atraso devem-se em grande parte à incapacidade dos habitantes do local de agir em conjunto objetivando o bem comum ou tendo em vista metas que transcendam aos interesses materiais imediatos da família nuclear (SABOURIN, 2002 apud BANFIELD, 1958). Sendo assim, a cooperação e os laços de solidariedade horizontal podem explicar o desempenho institucional da comunidade. No caso do assentamento Che Guevara verifica-se que a contribuição para um projeto da comunidade (9,52), a participação em atividade comunitária (8,57) e a cooperação para resolver o problema de abastecimento de água (7,62), foram variáveis que tiveram participação relativamente alta na composição do capital social do assentamento.

Tabela 1 – Participação absoluta e relativa dos indicadores de capital social do *ICS* no assentamento Che Guevara

Indicador	V. A.	V. R. (%)
Quantidade de grupos a que pertence	0,0714	10,48
Membros do grupo que pertencem à mesma religião	0,0714	10,48
Membros do grupo com a mesma ocupação	0,0714	10,48
Membros do grupo com a mesma formação	0,0714	10,48
Interação com outros grupos fora do bairro/localidade	0,0325	4,76
Disposição de outras pessoas para emprestar dinheiro	0,0390	5,71
Confiança em outras pessoas	0,0130	1,90
Disposição de outras pessoas a ajudar	0,0714	10,48
Oportunismo de outras pessoas	0,0195	2,86
Nível de confiança no governo local	0,0195	2,86
Nível de confiança no governo central	0,0260	3,81
Contribuição para um projeto da comunidade	0,0649	9,52
Participação em atividade comunitária	0,0584	8,57
Cooperação para resolver o problema de abastecimento de água	0,0519	7,62
ICS	0,6818	100,00

Fonte: Dados da Pesquisa. Nota: V.A. – Valores Absolutos; V.R. – Valores Relativos.

5. Considerações Finais

Um dos fatores que impede a acumulação de capital social no meio rural brasileiro é a inexistência de um ambiente educacional favorável e adaptado às condições locais. Por conta do baixo desempenho escolar e do reduzido custo de

oportunidade na agricultura de subsistência, a maioria dos jovens tende migrar para os centros urbanos em busca melhores condições de vida.

O meio rural, onde hoje se concentram os piores indicadores sociais, pode oferecer a base a processos consistentes de desenvolvimento. É possível construir um modelo de ampliação das possibilidades que os indivíduos têm de fazer escolhas. Assim como também é possível conferir às pessoas mais capacidade para se ajudar a elas mesmas e aos outros.

A maior organização e a maior tradição associativa de base entre os habitantes da comunidade proporcionam condições propícias de desenvolvimento. É importante destacar que no assentamento Che Guevara, o capital social existe, ele é um elemento decisivo do desenvolvimento, mas apresenta-se insuficiente.

É preciso melhorar os laços de confiança entre as pessoas, de compromissos, de vínculos de reciprocidade capazes de estimular os contatos sociais e as suas iniciativas.

O poder público deve buscar soluções para modificar o processo de formação educacional e profissional dos jovens das áreas rurais e estimular iniciativas econômicas que os motivem a organizar suas vidas em suas regiões de origem. O governo deve apoiar o desenvolvimento rural por meio da formação de capital social e da valorização dos recursos locais.

Por outro lado, estudos desta natureza permitem melhor orientar a seleção de políticas públicas (extensão rural, crédito rural, pesquisa, ensino etc) compatíveis com as necessidades locais. Basta identificar a estrutura dos indicadores e seu peso relativo na composição do capital social e tentar melhorar a performance daqueles com menor participação relativa.

6. Referências Bibliográficas

AMARAL FILHO, J. . A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local. In: Congresso Brasileiro dos Economistas, 2001, Recife. Anais do XIV Congresso Brasileiro dos Economistas, 2001.

AMARAL FILHO, J. . O Capital Social como Fator Endógeno do Desenvolvimento. In: Patrício Antônio Vergara Rojas. (Org.). Desenvolvimento Endógeno: Um Novo Paradigma para a Gestão Local e Regional. 01 ed. Fortaleza: IADH - GESPAR, 2004, p. 375-409.

ARAÚJO, João Bosco C. et al Elementos Constitutivos de Capital Social nos Projetos de Assentamento Che Guevara e Santa Bárbara, localizados no Estado do Ceará. http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/resumos_trab/231.htm. Acesso em: 14 de dezembro de 2007.

BARRETO, R. C. S.; KHAN, A. S.; LIMA, P. V. P. S. Sustentabilidade dos assentamentos no município de Caucaia-CE. RER. Rio de Janeiro, 43:225-247, abr./jun., 2005.



BEBBINGTON, A. Estratégias de vida y estratégias de intervención: el capital social y los programas de superación de la pobreza. CEPAL. Santiago do Chile: ed. Arraigada, 2005.

GROOTAERT, C *et al.* **Questionário Integrado para Medir Capital Social.** Disponível em: http://poverty2.forumone.com/files/14753_qi-mcs.pdf. Acesso em: 14 de Novembro de 2007.

HOLANDA, Marcos Costa et al. Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP); fundamentos e resultados. Fortaleza: IPECE, 2006.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Índice de desenvolvimento municipal, 2004**. Disponível no site do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. URL: http://www.ipece.ce.gov.br/estudos_sociais/idm/Idm_2004.pdf. Acesso em: 13 de Dezembro de 2007.

KHAN, Mahmood Hasan. Rural Poverty in Developing Countries: Issues and Policies. 2000. IMF Working Paper. IMF Institute.

LEITE, Pedro Sisnando. **Combatendo a pobreza rural.** 1. ed., Fortaleza: Edições Iplance, 2002.

PORTER, Michael E. A Vantagem Competitiva das Nações. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

SABOURIN, Eric. TEIXEIRA, Olívio (Orgs). **Planejamento do Desenvolvimento dos Territórios Rurais** – **Conceitos, controvérsias e experiências.** UFPB/CIRAD/EMBRAPA. Brasília, 2002.

TEÓFILO, Edson. A Necessidade de uma reforma agrária, ampla e participativa para o Brasil.1. ed., Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD / Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável / Ministério do Desenvolvimento Agrário, Editorial Abaré, 2002.